



LUIS NOVAES

ENGENHARIA LTDA

CONSTRUINDO COM QUALIDADE

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA

TOMADA DE PREÇOS N.º 0001/2021

LUIS NOVAES ENGENHARIA LTDA., sociedade empresária, inscrita sob o CNPJ nº 33.822.971/0001-76, com sede na Rua Padre Alfredo Perez Gonzáles, nº 80/805, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, CEP 22793-075, neste ato representada por seu sócio administrador, IGOR MARQUES NOVAES portador da carteira de identidade nº. 26.648.703-2, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, nos termos do art. 109, § 6º, da Lei nº. 8.666/93, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face a inabilitação no certame da empresa LUIS NOVAES ENGENHARIA LTDA na presente Licitação.

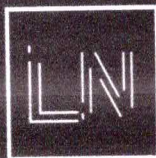
I. EXPOSIÇÃO PREAMBULAR

Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente contra decisão da Comissão Permanente de Licitação, a qual inabilitou a empresa LUIS NOVAES ENGENHARIA LTDA.

A comissão alegou em síntese que:

- A licitante deveria apresentar a declaração de conhecimento das condições de execução do objeto contratual constante do Anexo XVIII, ou a declaração de realização de vistoria, elaborada de acordo com o Anexo XVII com firma reconhecida, de acordo com o item 6.6.1.e.3 do Edital;

- A licitante mencionada acima, não realizou o procedimento de reconhecimento de firma previsto para o certame e que tal irregularidade a tornou inapta, nos termos do Edital, cabendo a inabilitação da mesma;



LUIS NOVAES

ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 33.822.971/0001-76

LNENGENHARIALTDA@GMAIL.COM

ENG. LUIS NOVAES
(21) 99859-0979

ENG. IGOR NOVAES
(21) 99727-6828



LUIS NOVAES

ENGENHARIA LTDA

CONSTRUINDO COM QUALIDADE

Contudo, sua decisão não pode prevalecer, pois suas alegações são desprovidas de qualquer fundamento fático e/ou jurídico. É o que se passa a demonstrar.

II. DA INDEVIDA DECISÃO QUE INABILITOU A LUIS NOVAES ENGENHARIA LTDA

Inicialmente, cumpre destacar que a **veracidade do documento não foi impugnada pela Recorrente Comissão de Licitação, mas tão somente a ausência de firma reconhecida na assinatura do documento em questão**, qual seja o ANEXO XVII ou XVIII, respectivamente declaração de realização de vistoria ou declaração de conhecimento das condições de execução do objeto contratual de acordo com o edital.

Em que pese o reconhecimento de firma constitua requisito formal, **quando não contestada a veracidade da assinatura no documento apresentado, não constitui motivo relevante para gerar a inabilitação da licitante.**

Na esfera federal, o Decreto nº 9.094/2014 determina que o reconhecimento de firma só será necessário se houver dúvida quanto à autenticidade ou previsão legal das informações.

Nos dias atuais vigora o Decreto nº 6.932, de 11 de Agosto de 2009 que Dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma em documentos produzidos no Brasil, institui a "Carta de Serviços ao Cidadão" e dá outras providências. Vejamos o que o artigo 9º diz:

Art. 9º Salvo na existência de dúvida fundada quanto à autenticidade e no caso de imposição legal, fica dispensado o reconhecimento de firma em qualquer documento produzido no Brasil destinado a fazer prova junto a órgãos e entidades da administração pública federal, quando assinado perante o servidor público a quem deva ser apresentado.

Nesse sentido, a **exigência de reconhecimento de firma somente pode prevalecer para determinar a inabilitação quando houver suspeita de falsidade da assinatura**, a qual afetaria o conteúdo e a lisura dos documentos.

Segundo o TCU, a exigência de reconhecimento de firma em documentos apenas pode ser feita em caso de dúvida quanto à autenticidade da assinatura. Confira-se, nessa linha, os seguintes precedentes:

Acórdão 1301/2015-Plenário:

"A exigência de reconhecimento de firma no contrato de prestação de serviços para fins de comprovação de qualificação técnica, aparenta ser apenas mais um empecilho para a efetiva participação de interessados, haja vista que não há qualquer ganho para a Administração com essa segurança adicional."



LUIS NOVAES

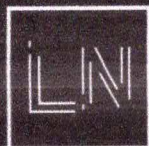
ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 33.822.971/0001-76

LNENGENHARIA@GMAIL.COM

ENG. LUIS NOVAES
(21) 99859-0979

ENG. IGOR NOVAES
(21) 99727-6828



LUIS NOVAES

ENGENHARIA LTDA

CONSTRUINDO COM QUALIDADE

Acórdão 291/2014 – Plenário:

“9.3. Dar ciência à Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO das seguintes irregularidades e impropriedades ocorridas na Tomada de Preços 05/2013, com vistas a evitá-las em futuros certames licitatórios destinados à contratação de objetos custeados por recursos federais:

9.3.4. **Inabilitação de empresa devido à ausência de reconhecimento de firma, exigência essa que apenas pode ser feita em caso de dúvida da autenticidade da assinatura e com prévia previsão editalícia**, conforme entendimento desta Corte, a exemplo do Acórdão 3.966/2009-2ª Câmara; Acórdão 604/2015 – Plenário

9.3.2 a jurisprudência desta Corte de Contas considera restritiva à competitividade das licitações cláusula que exija a apresentação de documentação com firma reconhecida em cartório, conforme Acórdão 291/2014 – Plenário.”

O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no seguinte sentido:

“ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. FALTA DE RECONHECIMENTO DE FIRMA EM CERTAME LICITATÓRIO. 1. A ausência de reconhecimento de firma é mera irregularidade formal, passível de ser suprida em certame licitatório, em face dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. 2. [...]. Ora, a ausência de reconhecimento de firma pode ser facilmente suprida pelos demais documentos apresentados e ao longo do procedimento licitatório. Deste modo, ela se constitui em mera irregularidade, perfeitamente sanável, pois não causa qualquer prejuízo ao interesse público. 6 Nessa seara, a legalidade estrita cede terreno à instrumentalidade das exigências do edital, porquanto a irregularidade ocorrida constitui-se em defeito irrelevante ao não comprometer a identificação do participante e do seu mandatário no certame. (Recurso Especial 542.333/RS – Rel. Min. Castro Meira – Segunda Turma – Data da Publicação: 07/11/05).”

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. FALTA DE RECONHECIMENTO DE FIRMA EM CERTAME LICITATÓRIO. MERA IRREGULARIDADE. 1. Trata-se de documentação - requisito de qualificação técnica da empresa licitante - apresentada sem a assinatura do responsável. Alega a recorrente (empresa licitante não vencedora) a violação ao princípio de vinculação ao edital, em razão da falta de assinatura na declaração de submissão às condições da tomada de preços e idoneidade para licitar ou contratar com a Administração. 2. É fato incontroverso que o instrumento convocatório vincula o proponente e que este não pode se eximir de estar conforme as exigências apresentadas no Edital. Devem estar em conformidade com o documento administrativo, tanto a qualificação técnica, como a jurídica e a econômico-financeira. 3. **Porém, há de se reconhecer que, a falta de assinatura reconhecida em um documento regularmente apresentado é mera irregularidade - principalmente se o responsável pela assinatura está presente no ato para sanar tal irregularidade.** Precedente. 4. Recurso especial não provido. (RECURSO ESPECIAL Nº 947.953 - RS (2007/0100887-9) RELATOR: MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES, data do julgamento: 14 de setembro de 2010).



LUIS NOVAES

ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 33.822.971/0001-76

LNENGENHARIALTDA@GMAIL.COM

ENG. LUIS NOVAES
(21) 99859-0979

ENG. IGOR NOVAES
(21) 99727-6828



LUIS NOVAES

ENGENHARIA LTDA

CONSTRUINDO COM QUALIDADE

Dessa forma, tal exigência é considerada restritiva de participação e, portanto, não é mais regra nos editais. A exigência de firma reconhecida pode gerar ônus desnecessários aos licitantes visto que tal exigência pode ser feita apenas do licitante vencedor e só em caso de dúvidas e em caráter de diligência.

Como é cediço, a vinculação ao edital não significa albergar o entendimento de que a administração deva ser 'formalista', a ponto de fazer exigências inúteis ou desnecessárias à licitação, especialmente quando **a irregularidade apresentada é irrelevante e não causa prejuízo algum à administração ou aos demais concorrentes.**

Aliás, tanto a doutrina quanto a jurisprudência têm se manifestado acerca das exigências formais e editalícias, **no sentido de prevalecer o interesse público, flexibilizando exigências, que na prática, não trazem prejuízo ao certame.**

Sobre o formalismo, Carlos Ari Sundfeld e Benedicto Pereira Porto Neto sinalizam:

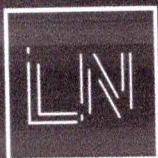
"O formalismo, é bem verdade, faz parte da licitação, e nela tem seu papel. Mas nem por isso a licitação pode ser transformada em uma cerimônia, na qual o que importa são as fórmulas sagradas, e não a substância da coisa."

[...]

"não se pode imaginar a licitação como um conjunto de formalidades desvinculadas de seus fins. A licitação não é um jogo, em que se pode naturalmente ganhar ou perder em virtude de milimétrico desvio em relação ao alvo - risco que constitui a própria essência, e graça, dos esportes." (SUNDFELD, Carlos Ari; PORTO NETO, Benedicto Pereira. Licitação para concessão do serviço móvel celular. Zênite. ILC nº 49 - março/98. p. 204.)

No processo licitatório busca-se a melhor proposta para atender o interesse público. Em consequência, não pode mera irregularidade, que não traga qualquer prejuízo, dar causa à exclusão de concorrentes no certame. Nessa linha, confira-se os julgados abaixo:

MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - INABILITAÇÃO DE PROPONENTE - EXIGÊNCIA DE CERTIDÃO COM PRAZO DE VALIDADE DIFERENTE DAQUELE ESTABELECIDO PELO PODER JUDICIÁRIO - EXCESSO DE FORMALISMO E AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE - ILEGALIDADE DO ATO - SEGURANÇA CONCEDIDA - SENTENÇA CONFIRMADA - REMESSA NECESSÁRIA DESPROVIDA. "No processo licitatório (Lei n. 8.666/93), o princípio do procedimento formal 'não significa que a Administração deva ser formalista a ponto de fazer exigências inúteis ou desnecessárias à licitação, como também não quer dizer que se deva anular o procedimento ou o julgamento, ou inabilitar licitantes, ou desclassificar propostas diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que tais omissões ou irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes (Hely Lopes Meirelles)" (Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2002.026354-6, de São José. Rel.



LUIS NOVAES

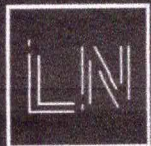
ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 33.822.971/0001-76

LNENGENHARIALTDA@GMAIL.COM

ENG. LUIS NOVAES
(21) 99859-0979

ENG. IGOR NOVAES
(21) 99727-6828



LUIS NOVAES

ENGENHARIA LTDA

CONSTRUINDO COM QUALIDADE

Des. Newton Trisotto). (TJSC, Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2006.047181-2, de São Lourenço do Oeste, rel. Des. Orli Rodrigues, julgado em 20/03/2007).

Acórdão 357/2015 - Plenário

"No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados."

Nos **Acórdãos 2105 e 2106/16**, publicados em 30/08, o **Plenário do TCU** indicou ser irregular "a exigência de que a documentação seja assinada por um dos sócios da empresa e com firma reconhecida não se coaduna com o previsto nos art. 27 a 31 da lei 8.666/93, o que pode gerar ônus desnecessários às licitantes."

Ademais, no **acórdão 604/2015 (Plenário)** ressaltou-se que a jurisprudência do TCU considera "restritiva à competitividade das licitações cláusula que exija a apresentação de documentação com firma reconhecida em cartório."

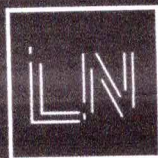
Se levarmos em consideração que o proprietário da empresa era quem estava representando a mesma no certame, nada mais eficiente que a própria comissão realizar a verificação com apresentação de qualquer documento com assinatura do representante legal e averiguação de que a assinatura da referida declaração estava de acordo com o documento apresentado.

A lei da Licitação (Lei 8666/93) em nenhum momento faz a exigência sobre o reconhecimento de firma nas assinaturas de documentos específicos ou gerais, vejamos o que o seu artigo 32.

Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

Inclusive existe lei neste sentido, que dispensa reconhecimento de firma e autenticação de cópias. Assim, a Firma reconhecida e cópia autenticada não podem ser exigidas em licitações. Desde a entrada em vigor da Lei nº 13.726/2018, está proibida a exigência, por parte de órgãos e entidades públicas, de documentos com firma reconhecida e de cópias autenticadas. Conforme essa lei o próprio agente administrativo que receber o documento irá reconhecer a firma por semelhança comparando-a com um documento de identidade com foto.

Ademais, cabe registrar que, nos termos do art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/1993, bem como conforme estabelecido nos subitem 8.25 do Edital, é facultada à Comissão a



LUIS NOVAES

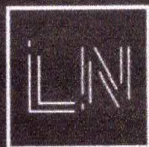
ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 33.822.971/0001-76

LNENGENHARIALTDA@GMAIL.COM

ENG. LUIS NOVAES
(21) 99859-0979

ENG. IGOR NOVAES
(21) 99727-6828



LUIS NOVAES

ENGENHARIA LTDA

CONSTRUINDO COM QUALIDADE

realização de diligência visando esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Dessa forma, tem-se a possibilidade de a Administração Pública promover a realização de diligência com o fim de obter qualquer esclarecimento inerente às informações e documentos apresentados por qualquer licitante.

Sem embargo, restou demonstrado que a recorrida cumpriu integralmente com as exigências editalícias e comprovou estar de acordo com todas as condições de participação da licitação, sendo evidente o equívoco da decisão da Comissão que decidiu pela sua inabilitação no certame.

O procedimento licitatório, como já dito, dever possibilitar a participação do maior número possível de interessados, de forma a satisfazer o interesse da coletividade, sendo inoportuno que **o excesso de formalismo prejudique a competitividade do certame.**

Pondera-se, portanto, que **a exigência quanto ao reconhecimento de firma dos documentos constituiu mera formalidade, não podendo seu simples descumprimento gerar a inabilitação no processo licitatório, constituindo-se de singela irregularidade.**

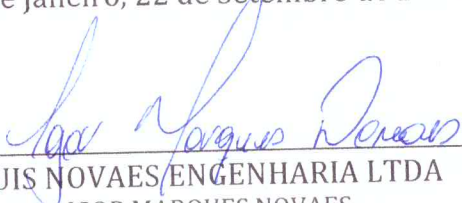
III. DO PEDIDO


Diante de todo o exposto, requer seja revista a decisão da Comissão Permanente de Licitação, mantendo-se habilitada a empresa licitante LUIS NOVAES ENGENHARIA LTDA., uma vez que ela atendeu integralmente as exigências do edital, com o conseqüente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 22 de Setembro de 2021.

Igor Marques Novaes
2019102127 CREA-RJ
Engº Civil


LUIS NOVAES ENGENHARIA LTDA
IGOR MARQUES NOVAES
RG n.º 26.648.703-2
SÓCIO PROPRIETÁRIO

FAETEC	
PROTOCOLO CENTRAL	
Entrada:	22 / 09 / 2021
Hora:	11:40
Rubrica:	

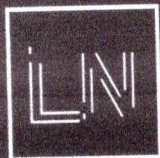
Milton C. Vieira Veras
Gerente de Área
ID 3211918-6

33.822.971/0001-76

**LUIS NOVAES
ENGENHARIA LTDA**

Rua Padre Alfredo Perez Gonzale
Nº 80/805

Barra da Tijuca - CEP 22.793-075
RIO DE JANEIRO - RJ



LUIS NOVAES

ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 33.822.971/0001-76

LNENGENHARIALTDA@GMAIL.COM

ENG. LUIS NOVAES
(21) 99859-0979

ENG. IGOR NOVAES
(21) 99727-6828